
	
Junho de 2008 - Nº40	
Edições Anteriores	
<p>:: Relatório da ONU alerta sobre violações à educação em situações de conflitos e desastres</p> <p>:: Mudanças na rede estadual paulista ferem autonomia escolar e docente.</p> <p>:: Lei que restringe liberdade de expressão de servidores existe em todo o país.</p> <p>:: Relator da ONU recebe dossiê sobre violação da liberdade de expressão dos professores.</p>	<p>Um ano após o PDE, ainda há muito o que ser apurado</p> <p><i>Em 2007 o Observatório da Educação ouviu pesquisadores, gestores, professores e representantes da sociedade civil sobre o PDE. Na ocasião, dúvidas, expectativas, críticas e elogios receberam o Plano.</i></p> <p>No final do mês passado, após um ano de lançamento do PDE o governo federal admitiu que o principal desafio é a falta de recursos financeiros. “O governo não consegue construir todas as creches de que os municípios precisam”, disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em reunião com prefeitos realizada no final de maio. O exemplo referia-se ao Proinfância - uma das mais de 40 ações previstas no PDE, e que destina recursos à construção, ampliação e reforma de creches e pré-escolas públicas de educação infantil.</p> <p>Quando do lançamento do Plano, em 2007, Maria Beatriz Moreira Luce, reitora da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), do Rio Grande do Sul apontava vários problemas na articulação entre as metas estabelecidas e os instrumentos propostos para as ações. Destacava a desconsideração do papel dos estados na definição e implementação de políticas educacionais e a falta de organicidade entre o PDE e o Plano Nacional de Educação, entre outros.</p> <p>Após um ano, a pesquisadora destaca a necessidade de mais financiamento para a área. “A expansão do ensino médio e a educação infantil precisam de muito mais esforço e investimento”, diz. Apesar disso, Maria Beatriz ficou surpresa com a capacidade de realização dos propósitos e das emendas estabelecidas pelo plano. “Não temos memória de gestão de governo tão efetiva e organizada. Depois de 20 anos voltei a trabalhar na região de fronteira com o Uruguai e Argentina, caracterizada por ser mais pobre e estagnada. Hoje vejo melhorias significativas em termos das exigências e organização das secretarias municipais de educação”, diz.</p> <p>Mobilização para qualificar</p> <p>Para a reitora, a mobilização da sociedade também é um ponto positivo do plano. “O Plano mostrou que cidades que possuem o mesmo padrão do PIB [Produto Interno Bruto] e têm a mesma população contam com índices educacionais diferentes. Isso promove a discussão e a mobilização. Fui a reuniões nas quais estavam presentes representantes da União, dos municípios, das universidades e dos conselhos para criar uma metodologia de planejamento educacional”, revela.</p> <p>Ela acredita que a sociedade esteja sentindo a necessidade de aprofundar ainda mais as questões do plano. “Agora não é só exigir qualidade da educação para o filho do vizinho e sim garantir igualdade e qualidade para todos”.</p> <p>Municípios</p> <p>Sônia Tissot, secretária municipal de educação de Rio Grande, no Rio Grande do Sul que em 2007 estava entre os 1 mil municípios com os índices educacionais mais baixos acredita que ainda há muitos desafios. No ano passado, logo depois da assinatura do Plano de Metas, a gestora demonstrava expectativa em relação à presença dos consultores do MEC no apoio à elaboração do PAR.</p>

“Os agentes do MEC vieram no ano passado, mas ainda falta assistência técnica”, avalia.

Apesar de o plano ter começado a ser implantado no município, Sônia explica que há demandas que não foram atendidas. “Nós estamos trabalhando com o “PDE-escola”, mas precisamos dentro dele de um plano para a infância. Essa é a nossa principal demanda em relação à educação infantil que não foi atendida. Precisamos desse apoio. Precisamos de mais recursos financeiros também”, revela.

Para ela, o ministério não fez a sua parte: “em relação à elaboração do plano está tudo ok, estamos fazendo os planos de cada escola. Isso já está acontecendo dentro da proposta. Falta o apoio técnico e financeiro do MEC”, conta.

Na opinião da secretária, o plano só será desenvolvido efetivamente se tiver mais acompanhamento com relação às ações. “Sem ter um órgão fiscalizador é muito difícil que a escola execute o plano. Ela sempre vai se defender”, argumenta.

Ideb X Idesp

Um dos carro-chefes do PDE, o IDEB ainda gera polêmicas. “Há uma rejeição das escolas por causa das notas nos exames aplicados”, afirma a secretária de Rio Grande. Já em São Paulo, a Secretaria Estadual de Educação resolveu criar o Idesp, outro indicador de qualidade que se articula a metas.. “Tenho muita dificuldade em compreender as razões e possibilidades de se ter índices diferentes sobre os mesmos objetos: desempenho, qualidade e acesso à educação. É difícil analisar como isso pode acontecer de uma forma mais substantiva que não seja artefato de natureza política”, afirma Maria Beatriz.

Segundo a reitora, apesar de o indicador ter sido uma iniciativa extremamente importante, é preciso investir em sua contínua melhoria. “Temos que trabalhar pela consistência do sistema de informação. Do ponto de vista técnico, o Ideb ainda é um índice bastante simples. Por isso, as pesquisas sobre indicadores, feitas por governos estaduais, municipais, organizações ou universidades são sempre bem-vindas”.

Fique atento: Segundo a assessoria do MEC, ainda este mês será divulgado os dados do Ideb com relação a 2007.



Para acompanhar o PDE, conheça a avaliação de pesquisadores e gestores feita há um ano e publicadas em: “O Plano de Desenvolvimento da Educação” – série Em Questão, Nº 4. Ação Educativa/Observatório da Educação. 2007, 60p.

- Maria Beatriz Moreira Luce (reitora@unipampa.edu.br) – reitora da Universidade Federal do Pampa (Unipampa)
 - Sônia Tissot (soniatissot@riogrande.rs.gov.br e 53-3035-8470) – secretária municipal de educação de Rio Grande (RS)
 PNE e PDE: Carlos Jamil Cury (crjcury.bh@terra.com.br e 61-9977-3666) – professor PUC/MG e professor emérito UFMG
 Financiamento: José Marcelino Pinto (jmrpinto@ffclrp.usp.br e 16-3602-3732) – professor da USP Ribeirão Preto
 IFETs: Octaviano Helene (11-3091-4466) - professor da USP.
 Juventude: Maria Virgínia de Freitas (magi@acaeducativa.org e 11-3151-2333) – assessora da Ação Educativa
 EJA: Sérgio Haddad (sergio@acaeducativa.org e 11-3151-2333) – coordenador da Ação Educativa
 Qualidade: Romualdo Portela (romualdo@usp.br) – professor da USP
 Formação de professores: Márcia Ângela Aguiar (marcia_angela@uol.com.br e 81-9964-3813) – presidente da Anped.

Remuneração de professores: Helena Freitas (helena.freitas@uol.com.br e 19-3236-6264) – professora aposentada da Unicamp
Coalizões educacionais: Fernando Luiz Abrúcio (fabrucio@fgvsp.br e 11-3281-7805) – pesquisador da FGV
Participação: Pedro Pontual (pontual@netpoint.com.br e 11-3258-6121) – assessor do Instituto Pólis
Participação: Elizabete Ramos (liz@cclf.org.br e 81-3301-5242) – assessora do Centro de Cultura Luiz Freire e integrante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

E também: “O PDE – boletim Ebulição Nº23”. Ação Educativa/Observatório da Educação. Nov/2007; disponível em www.acaoeducativa.org.br

Boletim quinzenal produzido pelo Observatório da Educação

Contato: (11) 3151-2333, ramais 175 e 130

Equipe: [Mariângela Graciano](#) (coordenação) [Marina Gonzalez](#) e Thais Iervolino (redação).

